



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-JUS)

ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO DO COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-Jus)

Aos nove (09) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e vinte (2020), às quinze horas (15h00), no Plenário do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, sito à Rua General Rondon, 1295, Centro, nesta Capital, foi iniciada a vigésima segunda reunião de trabalho do Comitê Estadual de Saúde Judiciário (CES-Jus) do Estado do Amapá, com a seguinte pauta: Informes acerca das Ações tomadas pela Secretaria de Saúde sobre o Corona Vírus; Projeto de Solução Tecnológica Para Modernização e Melhora da Gestão e Eficiência de Saúde Pública do Estado e Municípios; Orçamento SESA 2020; Recomendação e Acompanhamento (ofício nº. 19/2019); Hospital Universitário; Formação de Conselheiros; Curso de Faturamento: Avaliação da turma de 2019 e planejamento de novas turmas para março/2020; Desabastecimento de medicamentos nos estabelecimentos de saúde; Orçamento 2020 (execução e acompanhamento dos meses janeiro e fevereiro de 2020); Grupo de Trabalho de Acompanhamento de Serviços de Saúde. A mesa foi composta pelo Desembargador Carlos Tork, Presidente do Comitê Estadual da Saúde - Judiciário; Pela Dr^a. Ivana Ceí, Procuradora do Ministério Público Estadual; pela Senhora Cristina Martins, Representante do Ministério da Saúde; pelo Senhor Klinger Fabiano Costa Campos, Presidente do Conselho Estadual de Saúde – AP, pela Senhora Tânia Regina Vilhena, representando a Secretaria Municipal de saúde de Macapá-AP; pela Senhora Jani Betânia Souza Capiberibe, Presidente da Associação dos Pais e Amigos dos Autistas do Amapá – AMA-AP, pela Senhora Silvia Elena Dias Marthuchi, Representante do Departamento de Ciências Biológicas e da Saúde – DCBS – UNIFAP, pelo Senhor Mauro Seco, Representante da Associação Médica do Amapá, pelo Senhor Eduardo Monteiro de Jesus, Presidente do Conselho Regional de Medicina – CRM, pelo Senhor Douglas Moraes da Costa, Representante do Conselho Regional de Farmácia – CRF; pela Senhora Larissa Chaves Tork de Oliveira, Representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Amapá; pela Senhora Emília Nazaré Menezes Ribeiro Pimentel, Presidente do Conselho Regional de Enfermagem – COREN; pelo Senhor João Bittencourt, Secretário de Estado da Saúde e pela Senhora Alcilene Furtado, Diretora do Sindicato de Enfermagem e Trabalhadores da Área da Saúde do Amapá - Sindesaúde. Iniciados os trabalhos, o Desembargador Carlos Tork começou explanando os informes sobre o Projeto de Solução Tecnológica para Modernização e Melhora da Gestão e Eficiência de Saúde Pública do Estado e Municípios, este encontra-se pronto e foi apresentado ao BNDS, Desembargador Carlos Tork, informou que se reuniu com todo o secretariado do Estado e o Governador deu o

1



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-JUS)

aval para que o BNDS financiasse a ordem de vinte e cinco milhões de reais, o BNDS informou no mês passado que não poderia financiar pois o estado estava inadimplente, então, assim que o Estado ficar adimplente ele irá financiar o projeto. Inicialmente no primeiro ano com 15 milhões de reais e no ano de 2021 e 2022 com sete milhões e meio de reais a cada ano, atendendo as duas esferas, a de atenção básica que está nos municípios e ub's Macapá, e a média e alta complexidade a partir do que o Conselho de Secretários Municipais-COSEMS escolheu. No momento, está trabalhando na pré qualificação dos servidores do Hospital Mãe Luzia e as Unidades Básicas do Município de Macapá e Calçoene, através da parceria da Escola de Saúde Pública-AP e a Escola do Judiciário. O projeto encontra-se em andamento, e foram realizadas reuniões com o Secretário do Município de Calçoene para identificar os servidores que irão participar do curso para pré qualificá-los durante os meses de implantação do projeto. O programa também envolve a compra de equipamento, além da qualificação dos servidores. Que dia dois de abril a equipe que faz parte do projeto irá realizar uma imersão no Estado do Piauí para conhecer o projeto de Solução Tecnológica da Saúde que encontra-se implantado há 3 (três) anos naquele Estado. Na sequência o presidente do Comitê, destacou acerca da última reunião do Comitê, na qual recomendou ao Governador do Estado que revogasse as leis que estão inviabilizando a prestação dos serviços em favor da população, a recomendação foi feita e o ofício reiterado, paralelo a isso houve a proposição do Ministério Público e a instauração de sessões de conciliação para firmar o termo de ajuste de conduta – TAC, sendo que já ocorreram quatro sessões; e a Secretaria da Fazenda através do Secretário se comprometeu em realizar o suporte financeiro para o fundo Estadual de Saúde até que as leis fossem revisadas, o Representante da Secretaria da Fazenda presente na reunião foi questionado pelo Presidente do Comitê, se houve repasse além do duodécimo das obrigações previstas. O representante informou que a Secretaria esta cumprindo os repasses de acordo com a disponibilidade orçamentária financeira e de acordo com seus limites financeiros, o Desembargador questionou-o novamente, pois havia sido informado que a Secretaria não estava realizando os devidos repasses a maior, logo após o Desembargador pediu para que fosse reiterado o ofício ao Governador já com as observações contidas nas conciliações para a proteção do Fundo Estadual de Saúde. Ato continuo a palavra foi passada ao Secretário de Saúde para esclarecer se os repasses da Secretaria da Fazenda foram realizados ou não, o mesmo informou que os repasses não foram realizados. O Secretário João Bittencourt, continuou a fala, agora sobre o Hospital Universitário, informando que os protocolos de regulação estão em processo de elaboração e que



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-JUS)

estão em tratativa para ir a Teresina visitar o sistema de tecnologia implantado e observar a regulação que é feita no Hospital Universitário gerenciado pela EBSEH. Na sequência o presidente do Comitê questionou sobre a inauguração do Hospital Universitário e em qual data ocorrerá o concurso para preenchimento do quadro de pessoal, o Secretário de Saúde informou que até meados de julho ou agosto deste ano será aberto o edital para o concurso com previsão de 1200 a 1300 vagas. Em seguida o Desembargador informou que a EJAP e Escola de Saúde Pública do Governo juntos com o Conselho Estadual de saúde estão trabalhando no programa de capacitação e qualificação dos Conselheiros Estaduais de Saúde. O Secretário de Saúde pediu a palavra para informar as Ações da Secretaria sobre o corona vírus, que no dia 03 (três) de março tiveram a confirmação oficial de 05 (cinco) casos na cidade de Saint Laurent Du Maroni na Guiana Francesa, e que por isso no dia 05 a Secretaria de Estado de Saúde, Superintendência de Vigilância em Saúde e os profissionais que estão na tratativa desse caso, se deslocaram para o Oiapoque, levando equipamento de proteção individual e medicamentos. Foi montada uma sala vermelha, e realizado treinamento e capacitação para dar suporte e ajudar na prevenção do vírus, concluindo os informes. O segundo ponto de pauta foi apresentado pelo Sr. Raimundo Neto, Diretor da Escola de Saúde pública, sobre o planejamento do curso de faturamento para o ano de 2020 e avaliação da turma de 2019, o qual informou que o mesmo não cumpriu com o objetivo que se propunha e tão pouco foi eficiente, de acordo com avaliação dos discentes deste curso, e que o planejamento para a próxima turma é de 60 alunos e ocorrerá no 25 e 26 de março de 2020, o Desembargador fez uma sugestão para que ocorra pelo menos 4 turmas de 60 alunos, por ano, até atingir todos os profissionais; a Senhora Emília Nazaré, Presidente do COREN, também pediu a palavra e questionou sobre a quantidade de pessoas, e o plano pedagógico do curso. Sugeriu para que o curso fosse dividido em parte teórica e prática. Dra Larissa, representante da OAB- Secção Amapá também pediu a palavra e sugeriu que a equipe responsável para ministrar o curso fosse formada por profissional de dentro do quadro de servidores do Estado. O Desembargador pediu para que Escola de Saúde Pública apresentasse na próxima reunião um plano pedagógico mais detalhado. Em seguida a palavra foi passada para o Sr. Klinger, presidente do Conselho Estadual de Saúde, que relatou e apresentou fatos sobre a investigação de uma denuncia de perdas de medicamento pela CAF por falta de condicionamento térmico e que na averiguação in loco pode verificar a falta de gerencia geral, falta de medicamentos e correlatos, medicação em quarentena, medicamentos vencidos, falta manutenção predial preventiva e corretiva, oito centrais de ar com defeito, doze geladeiras com



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-JUS)

defeitos, apenas três funcionando, duas câmaras frias com defeito, duas empilhadeiras com defeitos, e outras irregularidade que estão causando danos irreparáveis ao serviço público e aos usuários do mesmo. Ao final de sua fala ainda abordou as recomendações feitas a Secretaria de Saúde que de imediato comprasse mais dois condensadores para amenizar o problema com o armazenamento de medicamentos. O Des. Tork sugeriu encaminhar a proposição via CES para a autoridade competente sem prejuízo de tratar na próxima pauta sobre esse assunto. Em seguida a palavra foi passada para a Sra. Juvanete Amoras, coordenadora de planejamento da SESA, para prestar esclarecimentos sobre a execução do orçamento da SESA nos meses de janeiro e fevereiro do ano de 2020 e para atualizar se houve ou não o repasse além do duodécimo feito pela Secretaria de Estado da Fazenda o qual foi confirmado pela Coordenadora que não foi realizado. Dra. Ivana pede a palavra com uma providência e um informe para relatar, solicita providência para que as atas das conciliações sejam encaminhadas a todas as varas judiciais e centro de conciliação e mediação para conhecimento, para que não haja divergência de entendimento. E informou também que essa semana seria composto uma força tarefa pelo Ministério Público para acompanhamento de todas as situações de orçamentárias da SESA. O Des. Tork pede para registrar em ata um elogio pela transparência da equipe na elaboração do diagnóstico financeiro administrativo da SESA, pois dessa forma conseguimos ter ciência do custo que o Estado tem com a saúde e todos seus problemas financeiros, administrativos e políticos. Douglas fez uma intervenção sobre o orçamento com relação ao valor destinado para compra de medicamentos e correlatos, fazendo um paralelo entre os anos de 2010 com 2020, o qual hoje se encontra bem inferior ao ano de 2010, não sendo possível assim, cobrir toda a necessidade dos medicamentos necessários. Em ato continuo o presidente do Comitê recomendou que o MP tome providências sobre o que esta sendo ajustado no TAC. Após, o Desembargador Carlos Tork encerrou a reunião.

RECOMENDAÇÕES/DELIBERAÇÕES DO COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-Jus)

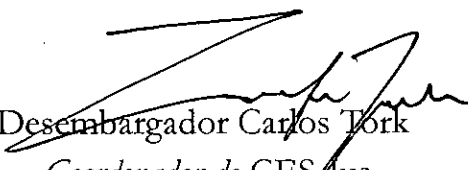
1. Designação da próxima reunião para o dia 06 de abril de 2020, às 15h00 no Plenário do Tribunal de Justiça;
2. Encaminhamento as Varas Cíveis e CEJUSCs das atas de conciliação;
3. Reinteirar o ofício ao Governador do Estado sobre o repasse ao Fundo Estadual de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-JUS)

Saúde.

Nada mais havendo a tratar, eu, Vitória Machado _____, Chefe de Gabinete, lavrei a presente ata que será lida e assinada após aprovação por todos.


Desembargador Carlos Tork
Coordenador do CES Jus